

O vestibular de 1980 foi "um retrato nítido da falência do ensino básico", definiu em janeiro o então Ministro Eduardo Portella, que prometeu dignificar os salários dos professores e mudar os currículos. Era mais um capítulo da eterna crise da educação no Brasil, que este ano também teve o boicote dos estudantes ao aumento das anuidades e a greve dos professores das universidades federais. Caiu o Ministro Portella, para seu lugar foi o General Rubens Ludwig. Os professores tiveram reivindicações atendidas, mas todos os ingredientes da crise continuam em plena forma: o ensino elementar continua deficiente e o superior não pára de forjar multidões de jovens despreparados e sem perspectivas de emprego.

# ATÉ QUANDO CONTINUARÁ A CRISE DA EDUCAÇÃO?

## Um fato para comemorar e outro para deplorar

Zeferino Vaz

**N**O ano de 1980, no campo da educação, ocorreram dois fatos fundamentalmente auspiciosos, o outro deprimente, ou melhor, degradante.

O fato auspicioso foi verificar uma conscientização dos responsáveis pelo processo educacional brasileiro, cada vez mais difundida e aprofundada, de que o problema fundamental a resolver é o da educação primária. Isto, se quisermos ir à base do problema, à etiologia do processo patológico da educação brasileira.

Realmente, 60% das crianças, sobretudo das periferias das grandes cidades brasileiras, que ingressam na primeira série do primeiro grau aos sete anos de idade cronológica têm, na realidade, cinco anos de idade mental, por duas causas primordiais: a subnutrição e deficiências de desenvolvimento psicomotor, agravadas por abandono afetivo. A defasagem de dois anos na idade mental explica os 60%, aproximadamente, de repetência ou de abandono da escola na primeira série do primeiro grau. O que é trágico.

Evidentemente, uma criança com cinco anos de idade mental não pode compreender a linguagem da professora e faz um tremendo esforço de decoração que se transforma em agressivi-

dade e repulsa ao estudo. Daí vem abandono e repetência. É evidente que as deficiências do primeiro grau refletem-se no segundo grau e, deste, no ensino superior. Na verdade, estamos construindo uma pirâmide de base estreita e instável. Se quisermos, pois, tratar cientificamente a doença educacional brasileira, devem imperativamente os Governos federal, estaduais e municipais prestar apoio decisivo à educação primária e primária. Se tal atitude for assumida, estaremos fazendo tratamento etiológico da doença e não o que se tem feito até agora — tratamento sintomático, necessário, mas que eternizará o problema.

Se procedermos ao tratamento etiológico, estaremos plantando carvalhos e não couves que seriam colhidas no dia seguinte ao do plantio. Felizmente, tudo indica, as autoridades educacionais começam a tomar consciência disso, conforme atestam pronunciamentos do ex-Ministro Eduardo Portella. Estou certo de que, com sua reconhecida inteligência e profundo conhecimento dos problemas básicos da nação brasileira, o Ministro Rubens Ludwig dará ênfase a esse enfoque.

O problema é que as crianças não constituem massa de pressão política, não têm quem as defenda. Quando se trata de problema educacional, só se fala de universidade, porque estudantes e professores universitários são agressivos e têm

acesso à imprensa, as Assembleias Legislativas e ao Congresso da República, cujos membros, à cata de votos e de popularidade, são porta-vozes constantes de suas exigências.

A bola de neve iniciada na pré-escola gera um problema contingencial de fácil correção: o desconhecimento da língua portuguesa e da matemática elementar por parte da generalidade dos nossos universitários, isto é, a ignorância em relação às duas formas válidas de apreensão, elaboração e exteriorização do pensamento, por escrito ou oralmente.

É quase inacreditável a precariedade do vocabulário de nossos estudantes universitários e a contínua transgressão que cometem das regras mais elementares de concordância. Pela matemática a quase totalidade dos estudantes sente repulsa, sobretudo depois que se abandonou o ensino sequencial e lógico de aritmética, álgebra, geometria e trigonometria e, pela mania de originalidade, a teoria dos conjuntos passou a constituir o embasamento do ensino dessa ciência exata.

Nossos educadores deveriam seguir o exemplo da Inglaterra, que, sempre revolucionária em assuntos educacionais, banuiu das escolas primárias e secundárias a tal teoria dos conjuntos. Temos de voltar à moda clássica do ensino da língua portuguesa pela leitura em classe, em voz alta, de antologias, estimulando-se a leitura

de bons autores e adotando-se a prova de redação. E preciso abandonar a mania de gramatiquice, isto é, de obrigar o aluno a decorar uma nomenclatura gramatical que muda com muita frequência e regras de gramática que são verdadeiros preciosismos e cujo aprendizado somente se justifica para os que vão usar a língua como finalidade, e não como meio de expressão.

Quem sabe, a conscientização das autoridades em relação ao problema básico da educação brasileira (a educação de base) não as conduza ao bom caminho na solução (fácil) desse problema contingencial.

Quanto ao fato degradante ocorrido este ano, refliro-me à tentativa de desmoralização da universidade como instituição responsável pelo desenvolvimento cultural da nação, realizada a pretexto de sua democratização. Afirimo, com muita segurança, que a autêntica democratização da universidade brasileira foi realizada no Governo Castello Branco, sendo Ministro da Educação o professor Raimundo Muniz de Aragão: a retirada, por lei, das prerrogativas constitucionais de senhores feudais de braços e cutelo dadas de mão beijada aos professores catedráticos, que tinham, então, direito de vida e de morte espiritual sobre seus assistentes e alunos. Podiam, por exemplo, demitir ou admitir, a sua vontade, um assistente em qualquer grau de carreira

e essa prerrogativa frequentemente era utilizada para satisfazer o nepotismo e o compadrio.

Pela referida lei, a autoridade decisória unipessoal do catedrático foi substituída pela do Colegiado do Departamento, que inclui todos os docentes e um representante estudantil. Tal colegiado decide sobre programas de ensino, investigação científica e extensão à comunidade, assim como sobre demissão e admissão de docentes.

Agora, a pretexto de democratização, pretende-se fazer com que estudantes, funcionários e professores elejam a lista sextupla para a escolha de reitores ou diretores de faculdades. O primeiro exemplo partiu lamentavelmente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por iniciativa de seu Grão-Chanceler, iniciativa puramente demagógica, por duas razões básicas:

1 — O Grão-Chanceler da PUC tem direito, por dispositivo estatutário, de veto irreversível a qualquer decisão de qualquer órgão colegiado da universidade. Trata-se de um dispositivo ditatorial que não existe nas universidades oficiais brasileiras. Aliás, deve-se acrescentar, o Reitor escolhido pelo Grão-Chanceler, se lhe agrada algum nome da lista sextupla, deve ainda ser submetido à aprovação de Roma. Que democracia esquisita é essa?

2 — Estudante ainda não sa-

be, está se preparando para saber, ainda está buscando adquirir o conhecimento que lhe vai permitir integrar, quando formado, uma certa classe. Se ainda não sabe sequer a ciência que está estudando, como pode distinguir quem é o melhor, cultural e eticamente, para dirigir um organismo tão complexo, como é uma universidade? É claro que, nessas circunstâncias, a escolha do estudante é feita por motivos puramente subjetivos ou por simpatias ideológicas, que nada têm a ver, com a ciência, isto é, com a busca da verdade.

Pior ainda é fazer dos funcionários administrativos eleitores de reitores e diretores de faculdades. Afinal de contas, serventes, técnicos de laboratório, motoristas, datilógrafos, contínuos, porteiros, contabilistas e bedéis exercem as atividades-fim, isto é, das ciências, das artes, da literatura e das humanidades, não podendo, portanto, distinguir o bom do regular ou do mau, no caso.

Universidade, para aqueles que realmente sabem o que ela representa no contexto de uma nação, é algo sério demais para ser tratado demagogicamente e visando ao aplauso fácil da galeria. Universidade é um organismo muito mais complexo do que um grande jornal, por exemplo, e ninguém, em seu

juízo perfeito, pensaria em deixar a escolha do diretor do jornal ocorrer por eleição de que participassem serventes, contínuos, tipógrafos, revisores e focas. O *Le Monde* elege seu diretor, mas os eleitores são apenas os redatores-chefes de departamentos, velhos, tarimbados e experimentados jornalistas.

Mas o carnaval da pseudodemocratização continuou e houve folião, ansioso de popularidade, que defendeu, em jornal de São Paulo, que estudantes deveriam participar até de banca examinadora de concurso de professor-titular. Em nenhum país civilizado do mundo a massa estudantil e o corpo de funcionários participa de eleição de Reitor ou diretor. Então, seria o caso de acrescentar, desde já, como um índice característico de subdesenvolvimento (além dos já existentes, número de telefones e geladeiras, mortalidade infantil etc.), a participação de corpo estudantil na eleição de Reitores ou diretores, na expectativa de que outra característica seja somada,

a participação de estudantes em bancas de teses.

No caso da escolha do Reitor da PUC por eleição, será o caso de se perguntar se um representante da Igreja teria autoridade moral para preconizar tal método. Seriam eleitos pela comunidade cônegos, monsenhores, bispos e cardeais, por exemplo?

Não e não, porque a Igreja é sábia. Todas essas nomeações são feitas pelo Papa.

Na verdade, a direção de uma Universidade não é menos séria, nem menos complexa e nem menos árdua do que a direção de uma Arquidiocese. Ao contrário, de um Reitor autêntico de uma Universidade autêntica exige-se a mais ampla visão angular, pois, para bem cumprir sua missão, deve promover harmoniosamente o desenvolvimento das ciências, artes e humanidades, cada uma delas envolvendo uma enorme soma de conhecimentos, que se destinam todos à promoção do bem-estar físico, social e espiritual do homem e da comunidade.



Zeferino Vaz fundou a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi Reitor da Universidade de Brasília (UnB).